

OFICIO Nº 17/2022
A.DIRECÇÃO/Lisboa, 04-11-22

Assunto: **OE 2023 CULTURA – PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

O Orçamento do Estado 2023 revela a ausência de qualquer estratégia para o Património Arqueológico. Os problemas e desafios fundamentais que o setor da Arqueologia enfrenta não são abordados pelo documento apresentado pelo governo, que, assim, não propõe políticas para uma efetiva proteção e valorização do Património.

A DGPC, as DRC e os museus têm enfrentado uma enorme falta de trabalhadores, acompanhada do envelhecimento dos quadros destas instituições. No orçamento proposto não é previsto o reforço e contratação de trabalhadores para o quadro. Faltam arqueólogos e outros profissionais que são necessários para que as instituições cumpram a sua missão de salvaguardar, proteger, valorizar e divulgar os bens arqueológicos. Nos últimos anos a solução do governo tem passado muitas vezes pelo uso de vínculos precários como forma de colmatar as necessidades permanentes dos serviços, reforçamos mais uma vez que este não é o caminho para que o Estado sirva os cidadãos e reconheça devidamente o trabalho dos profissionais.

Por outro lado, é anunciada a modernização e transição digital. É certo que estas áreas são fundamentais, mas preocupa-nos a ausência de qualquer alusão ao investimento concreto, nomeadamente o investimento urgente no Portal do Arqueólogo, no Arquivo da Arqueologia Portuguesa, na base de dados da Arqueologia Nacional (Endovélico) e na modernização dos equipamentos da DGPC e DRC. Lembramos que entre os dias 6 e 10 de outubro o Portal do Arqueólogo esteve inexplicavelmente fora do ar, além de que no ano de 2022 a DGPC e os seus trabalhadores ficaram semanas sem correio eletrónico, aparentemente por conta da avaria de um dos servidores. Conforme referido pelo Diretor Geral do Património Cultural, em 2022 o investimento na modernização foi a compra de licenças dos programas que compõem o Microsoft Office. É claramente insuficiente e põe em causa dados arqueológicos, que por vezes são o derradeiro testemunho de vestígios já destruídos.

O Orçamento do Estado 2023 refere os apoios sustentados, mas não para a Arqueologia. Não há qualquer referência ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, instrumento fundamental para a existência de trabalhos arqueológicos de valorização e investigação. Depois de anos de luta e reivindicação do STARQ, houve financiamento para projetos de Arqueologia no ano de 2021, entretanto em 2022 não há qualquer notícia deste financiamento e pelo que consta no orçamento entregue pelo governo nada haverá em 2023. Relativamente ao Grupo de Trabalho - Estratégia Nacional para a Arqueologia, o Orçamento apresentado não contemplou qualquer das temáticas por este levantadas. Não são conhecidos os resultados da reflexão do grupo bem como se o mesmo foi extinto.

O combate à precariedade é mais uma vez esquecido e deixado para um futuro que nunca chega. Infelizmente, o setor da Arqueologia utiliza maioritariamente vínculos precários (cerca de 70% dos trabalhadores têm este tipo de vínculos), novamente o governo não elabora medidas que façam frente a este grave problema. Quanto aos salários, é clara a política seguida de empobrecimento dos trabalhadores, que perderão ainda mais o seu poder de compra.

Finalmente, o Governo procurou contabilizar valores alocados a diferentes ministérios para chegar a supostos 2% para a Cultura, não são estes malabarismos que farão uma política coesa, sustentável, justa e democrática de Cultura. É preciso valorizar os trabalhadores e assegurar que o Património Arqueológico seja protegido e acessível para todos os cidadãos.

Atentamente
Pela Direcção